

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Elisa Alves de Oliveira – 1095/99-6

**AVALIAÇÃO DAS OBRAS DE DIREITO DE FAMÍLIA DA
BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE
DO SUL**

**Porto Alegre
2004**

ELISA ALVES DE OLIVEIRA – 1095/99-6

**AVALIAÇÃO DAS OBRAS DE DIREITO DE FAMÍLIA DA
BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE
DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como pré-requisito para colação de grau à disciplina BIB 03037 do curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor(a) orientador(a): Regina Helena Van der Laan

**Porto Alegre
2004**

CIP – Catalogação na Publicação

O48a Oliveira, Elisa Alves de
Avaliação das obras de Direito de Família da Biblioteca do
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul / Elisa Alves de
Oliveira. / Porto Alegre : EAO, 2004.

- 1. Desenvolvimento de coleções 2. Avaliação de coleções**
- 3. Biblioteca jurídica I. Título.**

CDU 025.2.003.14

FOLHA DE APROVAÇÃO

Elisa Alves de Oliveira

Avaliação das obras de Direito de Família da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Trabalho de conclusão de curso apresentado como pré-requisito para colação de grau à disciplina BIB 03037 do curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de aprovação: 15/07/2004.

Componentes da banca: Regina Helena Van der Laan; Glória Isabel Sattamini Ferreira; June Magda Rosa Scharnberg.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a realização deste trabalho, principalmente, à equipe de profissionais da Biblioteca do Tribunal de Justiça, que sempre deram todo o seu apoio e atenção. Em especial a minha querida amiga Denise.

Um agradecimento especial, também, à professora Regina, orientadora deste trabalho, que esteve presente em todos os momentos, sempre pronta para prestar o seu precioso auxílio, sem o qual nenhum trabalho teria sido realizado.

À minha família e meus amigos, que estiveram presentes em todos os momentos, durante estes 5 longos anos de curso.

E um agradecimento cheio de carinho ao Ronaldo, meu amor, que mostrou ser, também, um grande amigo e companheiro, que esteve sempre pronto a ajudar com sua paciência e compreensão, e que deu toda a força e coragem de que eu precisava para chegar até aqui.

RESUMO

Relata um estudo avaliativo realizado nas obras de Direito de Família da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), a partir dos seguintes critérios: uso, condições físicas, obras clássicas, número de exemplares por obra e autoria. Comenta a indicação de destinação para as obras avaliadas. Mostra a importância da realização de avaliações periódicas nos acervos de bibliotecas, com a finalidade de qualificá-los e, conseqüentemente, analisar a adequação do desenvolvimento de coleções implantado nessas bibliotecas. Expõe as etapas do desenvolvimento de coleções, que são a seleção, a aquisição, a avaliação, o desbastamento e a conservação e preservação, e mostra a importância dessas etapas serem bem elaboradas para que o acervo das bibliotecas seja organizado com qualidade. Conclui que os resultados da avaliação realizada demonstraram que o acervo da Biblioteca do TJRS corresponde a seus objetivos, apesar de apresentar alguns problemas, principalmente, em relação às suas condições físicas. Faz sugestões a essa biblioteca em relação à realização de outros estudos avaliativos no restante do acervo e ao estabelecimento de uma periodicidade nesse processo.

Palavras-chave: Desenvolvimento de coleções. Avaliação de coleções. Bibliotecas jurídicas.

ABSTRACT

It tells a carried through study of evaluation in the books of Family Law of the Library of the Court of Justice of the Rio Grande do Sul (TJRS), from the following criteria: use, physical conditions, classic books, number of units for book and authorship. It comments the indication of destination for the books evaluated. It shows the importance of the accomplishment of periodic evaluations in the collections of libraries, with the purpose to characterize them and, consequently, to analyze the adequacy of the development of collections implanted in these libraries. It displays the stages of the development of collections, that are the election, the acquisition, the evaluation, the rough-hewing and the conservation and preservation, and shows the importance of these stages to be elaborated well so that the collection of the libraries is organized with quality. It concludes that the results of the carried through evaluation had demonstrated that the collection of the Library of the TJRS corresponds its objectives, although to present some problems, mainly, in relation its physical conditions. It makes suggestions to this library in relation to the accomplishment of other studies of evaluation in the remain of the collection and to the establishment of a regularity in this process.

Keywords: Development of collections. Evaluation of collections. Legal libraries.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Tribunal de Justiça	11
1.2 Biblioteca do Tribunal de Justiça	12
2 DIREITO	14
3 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	19
3.1 Seleção	21
3.2 Aquisição	24
3.3 Avaliação de Coleção	27
3.4 Desbastamento	29
3.5 Conservação e Preservação	30
3.5.1 Degradação do Papel	31
3.5.2 Restauração	33
4 CAMINHO INVESTIGATIVO	34
4.1 Modelo de Pesquisa	34
4.2 Sujeitos	34
4.3 Instrumento de Coleta de Dados	35
4.3.1 Uso	35
4.3.2 Condições Físicas	36
4.3.3 Obras Clássicas	37
4.3.4 Número de Exemplares por Obra	37
4.3.5 Autoria	38
4.3.6 Resultado da Avaliação	39
4.4 Plano de Análise e Apresentação dos Dados	39
4.5 Estudo Piloto	40
4.6 Limitações da Pesquisa	40
5 ANÁLISE DOS DADOS	41

5.1 Pontos Fundamentais para a Avaliação das Obras	44
5.2 Obras com Boas Condições Físicas	46
5.3 Obras Danificadas	46
5.3.1 Obras Danificadas por Agentes Físicos	48
5.3.2 Obras Danificadas por Agentes Biológicos	48
5.3.3 Obras Danificadas por Agentes Físicos e Biológicos	49
5.4 Recomendações para as Obras que Retornarem da Restauração	49
6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES	51
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE A – Formulário de avaliação	56
APÊNDICE B – Listas dos resultados da avaliação	57

1 INTRODUÇÃO

Durante a realização de estágio não obrigatório na Biblioteca do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), foi possível observar que documentos antigos, considerados desatualizados em relação à legislação em vigor, são ainda bastante utilizados. Esse fato deve-se às características da Ciência do Direito, e, conseqüentemente, às características dos usuários da Biblioteca, que são, principalmente, magistrados, funcionários do Tribunal e Palácio da Justiça, advogados e estudantes de Direito.

As informações buscadas na Biblioteca são, na maioria das vezes, utilizadas para fundamentar os trabalhos profissionais de magistrados e advogados, que também fazem uso da Biblioteca para complementar seus estudos de especialização ou pós-graduação. Tanto em seus trabalhos como em seus estudos, muitas vezes, são feitas pesquisas históricas do Direito, tratando de sua evolução até os dias atuais. Também são realizados estudos comparativos do Direito no Brasil e em outros países, ou do Direito em épocas diferentes na história. Além disso, casos judiciais são julgados de acordo com a legislação em vigor na época do acontecimento, não importando as atualizações que ocorreram posteriormente.

Por esse motivo, há uma grande variedade de demanda de informações: há usuários que solicitam o que existe de mais recente e outros que desejam material

antigo e até mesmo histórico. A biblioteca necessita manter-se atualizada, mas, ao mesmo tempo, não pode se desfazer de tudo que é considerado ultrapassado.

A partir do que foi relatado, e em razão do que será exposto a seguir, este trabalho teve como propósito avaliar um setor do acervo da Biblioteca, em função, principalmente, de alterações na legislação, que acarretaram desatualizações nesse acervo.

Em razão da entrada em vigor do novo Código Civil brasileiro em 2003, boa parte do acervo da Biblioteca do TJRS passou a ser considerado desatualizado. No setor de livros, onde se encontra a grande maioria da doutrina, a parte relativa ao Direito de Família, uma das mais modificadas, passou a conter muitas obras que não estão de acordo com o novo Código.

Apesar da aparente desatualização de parte do acervo, no Direito, como já foi abordado anteriormente, material desatualizado não é sinônimo de material sem uso. Não é possível considerar que todo o acervo relativo ao antigo Código Civil não é mais importante para a Biblioteca, pois esses documentos poderão ser usados para estudos históricos, comparativos, ou até mesmo para fundamentar uma decisão judicial. É importante, também, salientar que alguns conceitos básicos e algumas matérias específicas do Direito de Família não sofreram alterações.

Além das desatualizações no acervo, ocasionadas pela entrada em vigor do novo Código, foram observados outros aspectos em relação ao acervo:

- existência de obras bastante deterioradas;
- obras duplicadas;
- obras com edições diferentes, mas que apresentam pouca, ou nenhuma, mudança substancial em seus conteúdos;

- pouco espaço nas estantes para receber novos exemplares que, certamente, serão adquiridos em razão da entrada em vigor do novo Código Civil.

Esses fatos levam a um questionamento sobre o que deve permanecer ou não no acervo da Biblioteca, e, em caso de permanência, quais obras necessitam ser restauradas ou devem ser remanejadas para outro local.

Portanto, a partir do que foi relatado, surge a seguinte questão, que será o objeto de estudo deste trabalho: os livros de doutrina, referentes ao Direito de Família, pertencentes à Biblioteca do TJRS, estão qualitativamente adequados ao acervo?

A resposta para essa pergunta será alcançada a partir de uma avaliação de coleção, com a qual será possível constatar a relevância de tais obras para a Biblioteca, sendo considerados todos os aspectos já citados. Este estudo pretende, também, servir como modelo para avaliações futuras de outros setores do acervo da Biblioteca.

Para um melhor entendimento deste trabalho, será feita, a seguir, uma identificação do local onde este estudo irá ser realizado.

1.1 Tribunal de Justiça

Um Tribunal de Justiça tem o poder e o dever de fazer com que a justiça seja aplicada. Conforme Telles Júnior (2001, p. 355, grifo do autor): “Justiça é a RETRIBUIÇÃO EQUIVALENTE AO QUE FOI DADO OU FEITO.” A palavra justiça, geralmente, está associada ao Poder Judiciário, que é um dos três poderes da República Federativa do Brasil, junto com o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Conforme Agra (2002, p. 449), “[...] cabe a este Poder o controle da legalidade, o exercício da jurisdição constitucional e o resguardo dos direitos fundamentais dos cidadãos.”

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul faz parte do Poder Judiciário do Estado, sendo definido como: “Órgão de segundo grau, de criação obrigatória, em todos os Estados, com competência para, normalmente, julgar recursos das decisões dos juízes de primeiro grau.” (RIO GRANDE DO SUL, 1999, p. 68). Por primeiro grau entende-se a primeira instância onde são resolvidos os conflitos entre partes. Estes conflitos geram os processos, que são analisados e julgados pelos juízes de primeiro grau. Quando uma das partes não fica satisfeita com a decisão tomada pelos juízes em relação a um processo, pode entrar com um recurso, que é um meio de pedir a anulação ou reformulação dessa decisão. Os recursos são, então, julgados pelos desembargadores do Tribunal de Justiça, que é o órgão de segundo grau.

O TJRS é integrado, atualmente, por 125 desembargadores. A sua parte administrativa está sediada no Palácio da Justiça, que se localiza na Praça Marechal Deodoro, nº 55, centro de Porto Alegre. Já a sua parte jurisdicional, onde são realizados os julgamentos, está localizada na Avenida Borges de Medeiros, nº 1565, também em Porto Alegre.

1.2 Biblioteca do Tribunal de Justiça

A Biblioteca do TJRS é uma das maiores bibliotecas jurídicas do Estado. Seu acervo é composto por cerca de 37.000 obras, entre livros e folhetos, 463 títulos de periódicos e coletâneas de legislação federal, estadual e municipal.

A organização geral do acervo da Biblioteca segue a divisão das fontes do Direito: doutrina, jurisprudência e legislação.

Uma boa parte do acervo da Biblioteca é formada de obras adquiridas através de doações, tanto de editoras, quanto de particulares. As obras mais antigas do atual acervo, foram recebidas por doação, pois um incêndio ocorrido em 1949 destruiu completamente a Biblioteca do TJRS, quando essa ainda se localizava na Praça Marechal Deodoro. As demais obras do acervo são adquiridas através de compra por licitação.

A Biblioteca conta, atualmente, com nove bibliotecárias, seis estagiários e seis funcionários, e oferece diversos serviços aos seus usuários, dentre os quais destacam-se: empréstimo domiciliar, levantamentos bibliográficos, consulta à base bibliográfica da biblioteca. O seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 9hs às 19hs, estando aberta ao público interno e externo.

O seu público interno é formado por magistrados (desembargadores e juízes), funcionários do Tribunal e do Palácio da Justiça e estagiários.

Já o seu público externo é formado, principalmente, por advogados, profissionais do poder judiciário do Estado, estudantes universitários de Direito (graduação e pós-graduação) e profissionais que se preparam para concursos na área.

Os serviços que a Biblioteca disponibiliza são prioritariamente para os funcionários do Poder Judiciário do Estado e para os magistrados, sendo que a prioridade ainda maior é dada a estes últimos.

2 DIREITO

Sempre que é mencionada a palavra Direito, o primeiro pensamento que se tem é de algo que é correto, certo, justo. Ao mesmo tempo, é possível lembrar da ciência que leva o mesmo nome, e logo fazer associações a advogados, juízes, promotores. Na realidade, a ciência do Direito tem como objetivo fazer valer o seu significado, ou seja, aplicar a justiça.

Conforme Dimoulis (2003), Direito é entendido como o conjunto de normas que objetiva regulamentar o comportamento social. Tais normas têm sua origem nas chamadas fontes do Direito, que se classificam em fontes materiais e fontes formais. Para Dimoulis (2003, p. 183), fontes materiais são “[...] todas as autoridades, pessoas, grupos e situações que influenciam a criação do Direito em determinada sociedade.” Já as fontes formais, complementa Dimoulis (2003), podem ser divididas em escritas, que são normas publicadas para conhecimento público, ou não-escritas, que se referem aos costumes, aos princípios gerais do Direito e à vontade de particulares. As fontes formais escritas são as principais fontes do conhecimento no Direito e subdividem-se em doutrina, jurisprudência e legislação.

Para uma melhor compreensão, expõe-se aqui a definição de Silva (1996, v. 2, p. 128): doutrina é “[...] o conjunto de princípios expostos nos livros de Direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica.” Silva

(1996, v. 3, p. 34) diz ainda que jurisprudência é “[...] o conjunto de decisões acerca de um mesmo assunto ou a coleção de decisões de um tribunal.” Para França (1980, p. 213), legislação é “[...] um conjunto de leis [...] sobre determinada matéria, sobre um país ou unidade da Federação.”

A doutrina, a jurisprudência e a legislação são publicadas em livros, folhetos, anais de eventos, periódicos, etc, e podem ser encontradas, em alguns casos, também na Internet.

A legislação sobre assuntos específicos pode, também, estar agrupada em códigos. Para Dimoulis (2003), código é o conjunto de normas jurídicas que regulamentam determinado ramo do Direito e são apresentados de forma ordenada e sistemática.

O Direito é dividido em Direito Público e Direito Privado. Conforme Wald (2002, p. 7): “O direito privado é [...] o conjunto das normas jurídicas que compõem os conflitos de interesses entre os particulares, enquanto o direito público regula as relações entre os Estados e entre o Estado e os particulares.”

O Direito Público está organizado em: Constitucional, Administrativo, Penal, Financeiro, Processual e Trabalhista. Já o Direito Privado é dividido em Civil e Comercial. A legislação relativa a cada uma das ramificações do Direito Público e Privado é encontrada em códigos específicos, que são periodicamente atualizados.

Para fins deste trabalho, torna-se necessária uma melhor compreensão a respeito do Direito Civil e suas subdivisões.

Segundo Furer e Milaré (2003 p. 223): “O direito civil é um conjunto de normas que regulamentam as relações jurídicas das pessoas entre si.”

Nesta área do direito uma grande mudança ocorreu em 2003: a entrada em vigor do novo Código Civil Brasileiro, instituído pela lei 10.406. Até 11 de janeiro de

2003, o Código Civil que vigorava no Brasil era o código elaborado em 1916 e implantado em 1917. A partir de 12 de janeiro de 2003, passa a valer em todo território nacional o Código Civil que estava sendo elaborado desde 1975 e que teve sua implantação em 2002.

A respeito dessa mudança, declara Reis (2002, p. 5) que: “A sociedade brasileira de 1917 está separada da de 2002, não só por um lapso temporal considerável, mas também, e sobretudo, por uma incomensurável distância cultural, científica, econômica e social.” Reis (2002, p. 10) afirma, ainda que:

No período que medeia o código [...] de 1916, e o atual, modificaram-se radicalmente e proveitosamente o sistema político brasileiro, a organização social, nosso modelo econômico e as próprias condições institucionais [...]. De um código ruralista, individualista, alheio a realidade social e centrado na figura do patriarca, o novo código civil introduz conceitos modernos e adaptados à nossa época, diminuindo o espaço então existente entre a realidade social e a realidade jurídica.

Como é possível perceber, a sociedade atual difere substancialmente da sociedade do início do século passado. Com isso, a elaboração de um novo Código Civil, que atendesse às necessidades da população deste novo século, tornou-se imprescindível.

Durante o período em que o código de 1916 esteve em vigor, ocorreram muitas revisões em seu conteúdo, mas que não foram suficientes para atender a sociedade atual. Por isso, tornou-se necessária a elaboração de um novo código. No entanto, esse código começou a ser planejado em 1975 e somente foi implantado em 2002, o que indica que, provavelmente, mesmo sendo mais condizente com a sociedade atual, ainda assim, pode já estar desatualizado em relação a alguns aspectos.

A implantação do novo Código Civil trouxe profundas alterações no Direito, principalmente no Direito Civil. Dessa forma, grande parte da doutrina, jurisprudência e legislação, referentes a essa área do Direito, foram modificadas e adaptadas a essas novas normas.

Em relação à parte estrutural do Código Civil, pode-se citar a alteração que houve na classificação das matérias: até a entrada em vigor do novo Código, o Direito Civil possuía as seguintes subdivisões: Parte Geral (Pessoas Naturais e Jurídicas, Bens e Fatos Jurídicos) e Parte Especial (Obrigações, Coisas, Família e Sucessões). A partir de 2003, há o acréscimo do Direito de Empresa na parte especial.

Por sua vez, cada uma dessas subdivisões do Direito Civil passou por grandes modificações com a entrada do novo Código. Uma das áreas que mais foram modificadas foi a de Direito de Família. Reis (2002, p. 11) afirma que:

Importantes inovações foram introduzidas, especialmente no campo do Direito de Família – sem dúvida o centro nevrálgico ou a espinha dorsal de qualquer sociedade – e tanto isso é verdade que 42% das emendas apresentadas se encontram nessa área.

Cabe aqui esclarecer que Direito de Família “[...] é o conjunto de regras aplicáveis às relações entre pessoas ligadas pelo casamento, pelo parentesco, pela afinidade e pela adoção.” (GOMES, 2000, p. 1). O Direito de Família, também, apresenta subdivisões, que são, de acordo com o novo Código Civil Brasileiro: Direito Pessoal (Casamento e Parentesco), Direito Patrimonial (Regime de Bens, Usufruto e Administração de Bens dos Filhos Menores, Alimentos e Bem de Família), União Estável e, por último, Tutela e Curatela.

A partir do que foi exposto, e conforme já referido, pode-se perceber que as alterações ocorridas em relação ao Direito Civil provocaram muitas modificações na

doutrina, jurisprudência e legislação. Com isso, os acervos das bibliotecas jurídicas necessitam de documentos que estejam de acordo com as novas normas. No entanto, isto não significa que todo o acervo que não atende esse critério possa ser descartado. Cabe aos bibliotecários avaliar quais documentos serão importantes para o acervo de sua instituição.

3 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Qualquer biblioteca torna-se inútil se não for capaz de atender seu principal objetivo: suprir as necessidades informacionais de seus usuários.

Mesmo sabendo que é impossível uma biblioteca possuir tudo o que é publicado em uma determinada área do conhecimento, é fundamental que ela ofereça o que há de mais relevante na área em que é especializada.

Não é a quantidade de material que uma biblioteca armazena que irá fazê-la importante, e sim, a qualidade da informação que disponibiliza aos seus usuários. De nada adianta uma biblioteca possuir milhares de obras se não puder atender seus usuários no momento em que eles necessitam de informação, e apresentá-la de forma pertinente aos mesmos. Isso se torna ainda mais evidente nos dias atuais, quando muita informação não está publicada em um suporte físico, mas está disponível em meio eletrônico, com acesso *on-line*. Neste contexto, a biblioteca desempenha um papel importante como veículo de disseminação da informação, seja no momento em que disponibiliza essa informação ou quando auxilia seus usuários a buscá-la de forma eficiente e eficaz.

Historicamente, tem-se o registro de que as bibliotecas eram simples depósitos, e os bibliotecários, guardiões de obras intocáveis. O objetivo das bibliotecas era guardar e conservar todos os documentos, evitando o seu manuseio,

que poderia vir a deteriorá-los. Pode-se perceber, nos dias atuais, que essa visão conservadora mantida nas bibliotecas já é uma exceção e tende a desaparecer em pouco tempo. Grande parte das bibliotecas já está adequada às necessidades informacionais que a sociedade atual demanda, sendo poucas as que ainda mantêm um espírito retrógrado. Mas, para atender essas necessidades de informação, as bibliotecas devem ser dinâmicas e acessíveis a todos, tornando-se cada vez mais funcionais, no sentido de desempenhar da melhor forma possível o seu papel de meio disseminador da informação.

Para alcançar esta funcionalidade, fazendo com que o acervo seja capaz de satisfazer as necessidades dos usuários, as bibliotecas precisam considerar um aspecto importante: a qualidade de sua coleção.

Como já foi dito anteriormente, uma biblioteca com grande quantidade de material não significa, necessariamente, uma biblioteca qualificada. Para determinar o seu grau de qualificação faz-se necessário uma avaliação da coleção, que é uma das etapas do desenvolvimento de coleções.

Para um melhor entendimento, é necessário contextualizar o processo de avaliação de coleção no âmbito de uma biblioteca.

O desenvolvimento de coleções é o planejamento do acervo de uma biblioteca. Esse planejamento deve ser realizado ininterruptamente, visando sempre a otimização do acervo. Esse processo varia de uma biblioteca para outra, dependendo dos objetivos e a quem essa se destina.

Para que o desenvolvimento de coleções seja realmente eficiente em uma biblioteca, é necessária a elaboração de políticas que possam orientar a execução dessa tarefa. Conforme Vergueiro (1989, p. 25), o principal objetivo da elaboração da política de desenvolvimento de coleções é “[...] deixar clara a filosofia a nortear o

trabalho bibliotecário no que diz respeito à coleção.” O processo de desenvolvimento de coleções comporta várias atividades, que estão ligadas entre si e não têm sentido sozinhas. As atividades presentes no desenvolvimento de coleções são, basicamente, a seleção, a aquisição, a avaliação, o desbastamento e a restauração.

3.1 Seleção

A seleção é a atividade que tem por objetivo escolher qual material deve fazer parte do acervo de uma determinada biblioteca. Afirma Figueiredo (1998, p. 71): “Uma coleção selecionada e desenvolvida conforme os interesses e necessidades de seus usuários torna mais fácil o acesso, a recuperação e a disseminação da informação.” Ao selecionar os materiais informacionais a serem inseridos no acervo, o bibliotecário estará, ao mesmo tempo, qualificando sua coleção. Isto porque, a partir dessa seleção, somente o que for pertinente à biblioteca e a seus usuários será incorporado ao acervo.

Esta atividade deve ser realizada observando-se algumas considerações que, conforme Vergueiro (1997), são as seguintes: assunto, usuário, documento e preço. Todas essas considerações estão interligadas, e, por isso, não podem ser analisadas isoladamente. A definição desses aspectos é fundamental, pois a partir deles, o bibliotecário poderá formar um acervo que esteja adequado aos objetivos da biblioteca e ao interesse dos usuários.

O assunto é o primeiro ponto que deve ser analisado no momento de selecionar materiais para uma biblioteca, pois esse é determinado pelo tipo de biblioteca, seus objetivos e usuários. Se for uma biblioteca especializada em Direito, por exemplo, deve ser prioritária a seleção de materiais da área jurídica.

O segundo ponto a ser considerado, e que está diretamente ligado ao primeiro, são os usuários da biblioteca. A seleção do acervo de uma biblioteca deve ser feita, principalmente, para atender as necessidades de informações de seus usuários. Cada biblioteca possui usuários específicos e é para eles que deve ser planejada a sua coleção.

Quanto ao tipo de documento, deve-se analisar quais os mais adequados às características dos usuários e aos recursos de que dispõe a biblioteca. Não faz sentido uma biblioteca pública, de uma localidade carente, possuir uma coleção de CD-Rom e não possuir equipamentos para fazer uso dela. Ainda com relação a esse exemplo, também é possível que os usuários dessa biblioteca não tenham nenhum interesse em CD-Rom. Também é fundamental levar-se em conta o número de exemplares capaz de atender a demanda da biblioteca, avaliando a possibilidade de adquirir duplicatas de certos documentos.

Por último, é necessário considerar o preço de cada material e se está de acordo com a possibilidade financeira da biblioteca. É importante, também, considerar a relação custo-benefício, ou seja, analisar a utilidade de um material com preço muito elevado para os usuários da biblioteca e avaliar se sua aquisição será justificada.

Como é possível perceber, a seleção, por sua vez, também exige uma política que norteie sua realização. Segundo Figueiredo (1998, p. 72), pode-se entender política de seleção como:

[...] conjunto de diretrizes e normas que visa estabelecer ações, delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e desenvolvimento de coleções em consonância com os objetivos da instituição e os usuários do sistema.

No entanto, o bibliotecário, no momento de definir uma política de seleção precisa tomar alguns cuidados para não deixar sua opinião pessoal influenciar demasiadamente nesse processo. Uma política bem elaborada, resultará na formação de um acervo qualificado e capaz de atender aos interesses da biblioteca e usuários.

O bibliotecário é capaz de opinar na hora da escolha de um ou outro documento, levando em conta sua encadernação, sua origem, sua pertinência ao acervo, a partir de seus conhecimentos e experiências passados. No entanto, não pode fazer uso de critérios pessoais, como gostar ou não de determinado autor, de determinado assunto, ou mesmo pelo fato de ter idéias diversas às expressadas em algum documento. Tomemos como exemplo o caso de um bibliotecário simpatizante de determinado partido político e que exclui de sua seleção todo o material que diz respeito ao partido adversário.

Sobre esse assunto, declara Vergueiro (1989, p. 56):

[...] difícil, é conseguir refrear a tendência, inerente a todos os profissionais bibliotecários, de formar uma coleção de acordo com sua própria visão de mundo, não permitindo que dela façam parte obras que defendam pontos de vista que ele, pessoalmente [...] considera perniciosos.

O bibliotecário, como um agente de disseminação da informação, deve evitar qualquer tipo de censura, ou correrá o risco de não ser capaz de atender as necessidade informacionais de seus usuários, uma vez que o que eles procuram pode ser, justamente, o que o bibliotecário rejeita em seu acervo, por mera questão pessoal.

5.2 Aquisição

Após a seleção, o próximo passo no processo de desenvolvimento de coleções, é a aquisição.

A aquisição constitui-se em “[...] assegurar a posse, para a biblioteca, daqueles materiais que foram definidos, pela seleção, como de interesse.” (VERGUEIRO, 1989, p. 63). Outro conceito para aquisição é dado por Figueiredo (1998, p. 85): “[...] operação que resulta da seleção, ou seja, que implementa as decisões da seleção ao incorporar à coleção os itens selecionados.” Pode-se perceber que a aquisição é a continuação óbvia da seleção: os materiais são selecionados e, após, são adquiridos. No entanto, em alguns casos, a seleção é realizada após o recebimento do material. Isso ocorre quando a aquisição é efetuada através de doações espontâneas, assunto que será abordado mais adiante.

Geralmente, a aquisição está associada ao processo de compra, mas nem sempre ela é realizada dessa forma. Há, ainda mais duas modalidades de aquisição, que são a doação e a permuta.

Em bibliotecas especializadas, a compra é a maneira mais comum de adquirir material para o acervo de uma biblioteca. No entanto, é geralmente considerada a que demanda maior responsabilidade do bibliotecário. Segundo Andrade (1996, p. 19):

[...] o processo de compra é [...] elaborado e trabalhoso, pois, além do gerenciamento dos recursos financeiros, envolve também toda uma série de

atividades relacionadas com a identificação precisa do item a ser adquirido e o acompanhamento do recebimento do material.

Ainda segundo Andrade (1996), existem três modalidades de compra: a compra com licitação, a compra sem licitação e a compra por adiantamento.

As compras através do processo de licitação* são realizadas nos órgãos públicos. Conforme Andrade (1996, p. 27), licitação é “[...] um processo seletivo prévio junto ao mercado, para obter as melhores condições de preço, pagamento, qualidade do produto, prazos de entrega e outras especificações necessárias que atendam ao interesse público.” Este tipo de compra apresenta vantagens e desvantagens. Uma das vantagens que pode ser citada é a economia de gastos, pois a análise das propostas que são apresentadas permite a escolha do fornecedor que oferecer as melhores condições de preço. Entretanto, o processo de licitação, devido às suas características, é moroso, o que, muitas vezes, pode prejudicar a eficiência do processo de aquisição de material informacional por uma biblioteca. Pode-se observar esta situação em bibliotecas nas quais é fundamental a atualidade do acervo. Isto porque, no momento em que ocorre a aquisição de determinado material, esse pode já estar desatualizado, devido à demora ocorrida durante todo o processo de licitação. Essa seria a principal desvantagem em relação a esse tipo de compra.

As compras sem licitação ocorrem, nos órgãos públicos, em alguns casos especiais como, por exemplo, quando o material a ser adquirido está disponível apenas em um local, não havendo escolha quanto ao fornecedor. Também em organizações particulares a compra pode ser realizada sem licitação. Neste tipo de

* Ver lei nº 8.666 de 21/06/93 que regulamenta as licitações e contratos da Administração Pública.

compra, geralmente, o material informacional é adquirido com maior rapidez, pois não há tanta burocracia quanto no processo de licitação.

Em relação às compras por adiantamento, essas ocorrem quando há uma urgência na aquisição de um determinado material. Conforme Andrade (1996, p. 30): “O adiantamento [...] é um valor fornecido pela administração, depositado em conta bancária em nome de servidor credenciado da biblioteca, que executará as compras e o pagamento diretamente ao fornecedor.”

A segunda modalidade de aquisição é a permuta. Por permuta pode-se entender, conforme Andrade (1996, p. 68), “[...] a troca de publicações entre entidades, na forma de intercâmbio [...]”. É, geralmente, realizada quando um item não está disponível no mercado, ou quando instituições têm interesse em adquirir as publicações umas das outras.

Conforme Vergueiro (1989, p. 70) a permuta possibilita a aquisição “[...] de materiais esgotados e, em alguns casos, até mesmo de relativa raridade [...]”. Muitas instituições permutam suas próprias publicações que, nem sempre, são colocadas à venda. Vergueiro (1989) afirma ainda que, através da permuta, a biblioteca pode fazer uso de duplicatas desnecessárias ou, mesmo, de doações recebidas e que não são pertinentes ao acervo.

Como é possível perceber, a aquisição através da permuta apresenta diversas vantagens e é uma boa oportunidade de adquirir material informacional sem a necessidade de verbas para isto. Basta que a biblioteca faça uso de seus próprios materiais obsoletos ou duplicados.

A aquisição por doação ocorre quando uma pessoa ou instituição oferece materiais às bibliotecas. A doação pode ocorrer por solicitação ou espontaneamente.

As doações ocorrem por solicitação, quando a biblioteca tem interesse em adquirir material de outra instituição, geralmente publicações dessa, e, então, solicita esse material.

Já as doações espontâneas ocorrem quando uma pessoa ou instituição oferece materiais à biblioteca. Nesse caso, é importante salientar que deve ser realizada uma seleção rigorosa após o recebimento da doação, pois nem tudo o que é oferecido à biblioteca poderá interessá-la. Segundo Vergueiro (1989, p. 63), “[...] os critérios para seleção de doações são rigorosamente os mesmos utilizados para a seleção de materiais comprados; ou seja: jamais se aceitaria como doação qualquer material que não se iria adquirir caso se possuísse a verba para tanto.” Esse procedimento é fundamental, pois evita a transformação de uma biblioteca em depósito de material que não lhe é de interesse.

5.3 Avaliação de Coleção

A avaliação de coleção é uma das atividades mais importantes em uma biblioteca, pois é a partir dela que são identificados os problemas presentes no acervo, que podem ser consequência de uma política de desenvolvimento de coleções mal elaborada.

Conforme Vergueiro (1989, p. 81):

Torna-se cada vez mais urgente que os bibliotecários [...] descubram uma maneira de inserir as atividades de avaliação de coleções na rotina de suas bibliotecas, de modo a poderem verificar até que ponto a política para desenvolvimento da coleção, por eles adotada, está sendo eficiente.

Segundo Figueiredo (1998, p. 130): “Uma coleção deve ser representativa das necessidades de informação da comunidade, e elas mudam; assim, é preciso haver substituições, acréscimos e atualizações para melhorar a disponibilidade e acessibilidade das coleções.” Para isso, é importante que a avaliação do acervo seja realizada de forma constante, pois obras que hoje são bastante requisitadas poderão se tornar desatualizadas em pouco tempo.

Com a avaliação pode-se obter resultados positivos para a biblioteca, como aumento de espaço nas estantes, em razão do desbastamento (que será tratado a seguir), listas de obras para restauração, pois materiais danificados poderão ser identificados durante este processo, ou mesmo a conclusão de que o acervo da biblioteca está adequado a seus objetivos.

Através da avaliação de coleções, torna-se possível, também, identificar a necessidade de adquirir duplicatas ou outras edições de obras muito utilizadas. Para isso a avaliação precisa ser feita em relação, principalmente, ao uso do acervo. Percebe-se que para realização da avaliação de coleções é fundamental levar em conta vários critérios. Os critérios a serem avaliados devem ser estabelecidos em razão do tipo de avaliação que será feita (avaliação quanto ao uso do acervo, condições físicas das obras, etc.)

No entanto, em grande parte das bibliotecas essa atividade não é realizada. Segundo Vergueiro (1989) isso ocorre por vários motivos, entre os quais a falta de tempo, alegada pelos bibliotecários para planejar esta atividade, e a falta de conhecimento da metodologia para realizá-la.

Existem várias técnicas de avaliação qualitativa e quantitativa de coleções. Figueiredo (1998) aponta as cinco principais técnicas de avaliação de coleção: compilação de estatísticas, verificação de listas, catálogos e bibliografias, opiniões

de usuários, exame direto da coleção e aplicação de padrões usando vários métodos anteriores.

5.4 Desbastamento

O desbastamento é o processo no qual partes da coleção de uma biblioteca são descartadas ou remanejadas

Descarte é a retirada definitiva de um material da coleção. O bibliotecário precisa tomar cuidado ao realizar essa tarefa, pois o que hoje é considerado descartável poderá ser útil futuramente. O descarte é uma forma irreversível de desbastamento e, por isso, deve ser realizado somente em casos em que for comprovada ser esta a melhor opção à biblioteca. Além disso, muitos materiais não podem ser descartados por se tratarem de obras raras ou clássicas em sua área. Cabe aqui esclarecer que, conforme Ferreira (1999), clássica é uma obra consagrada, de grande valor para uma biblioteca e seus usuários.

O termo jurídico utilizado para representar o descarte em órgãos do serviço público é desfazimento.

Por remanejamento entende-se “[...] o deslocamento para locais de menor acesso, onde os materiais serão acomodados mais compactamente a fim de que, embora conservados fisicamente, ocupem o menor espaço possível [...]” (VERGUEIRO, 1989, p. 74).

O remanejamento se faz necessário, principalmente, quando a biblioteca possui pouco espaço físico. Ocorre, também, quando existem no acervo obras clássicas, raras ou mesmo obras muito antigas que podem danificar-se facilmente e

por isso são retiradas das estantes para um local mais apropriado. Outro momento em que o remanejamento torna-se necessário é quando uma obra está danificada por algum agente biológico, ou seja, por algum microorganismo, inseto ou roedor, e existe a possibilidade deste problema comprometer as demais obras do acervo ou até mesmo a saúde das pessoas que ficam em contato com essas obras. Nesse caso o remanejamento para um local isolado, e que apresente condições adequadas para receber essas obras, é a solução que melhor servirá à biblioteca.

A principal vantagem do remanejamento é a sua reversibilidade, ou seja, no momento em que for comprovada a necessidade do retorno de uma obra ao acervo, ou mesmo quando a obra for solicitada para consulta, ela estará disponível.

5.5 Conservação e Preservação

Conforme Brasil (1997), conservar é manter algo em boas condições físicas, para que esse possa cumprir a sua função. Ou seja, a conservação de documentos, tem por finalidade mantê-los em perfeitas condições para que possam ser usados por quem deles necessita.

Segundo The British Library (2000, p. 9), a conservação e a preservação diferem em seus significados. Enquanto a preservação “[...] propõe cuidar de todos os assuntos relacionados ao combate à deterioração dos documentos”, a conservação “[...] define-se como um conjunto de medidas específicas e preventivas necessárias para a manutenção da existência física do documento.” Pode-se, assim, entender que a preservação constitui-se de uma série de políticas adotadas para que a conservação dos documentos seja realizada.

É importante que toda biblioteca mantenha medidas de preservação para o acervo, a fim de conservar os documentos e evitar ao máximo a sua deterioração.

No entanto, mesmo tendo-se grande cuidado com a conservação de materiais, todo documento em papel está sujeito a deteriorações, pelos mais variados motivos, entre os quais podem-se destacar fungos, traças, mofo, falta de cuidados em sua utilização, como quedas, rasuras, etc. Quando esses problemas são observados em um acervo, faz-se necessária a restauração dos documentos danificados.

Os fatores de degradação do papel e o processo de restauração serão abordados a seguir.

5.5.1 Degradação do papel

O papel é o principal suporte para a escrita, e é fabricado a centenas de anos. Tem sua origem na China, onde foi criado por volta do ano 105 d.C. Nesta época a principal matéria-prima do papel eram as fibras do cânhamo e do algodão. Atualmente, a principal substância utilizada para fabricar o papel é a celulose.

Durante o processo de fabricação do papel, são utilizados diversos produtos químicos que prejudicam a qualidade do papel, conforme veremos a seguir.

Pode-se dizer que existem dois principais fatores de degradação do papel: os fatores intrínsecos (internos) e os fatores extrínsecos (externos).

Segundo Luccas e Seripierri (1995, p. 18), os fatores intrínsecos “[...] estão ligados diretamente aos elementos de composição do papel tais como, tipo de fibras, tipo de encolagem, resíduos químicos não eliminados e partículas metálicas.” O papel fabricado por meio de industrialização pode tornar-se ácido devido aos seus

componentes. Segundo The British Library (2000, p. 11): “Os sintomas do papel ácido são notados no amarelecimento, esmaecimento e na fragilidade que acabam na desintegração completa do livro.”

Já os fatores extrínsecos, ainda conforme Luccas e Seripierri (1995, p. 18), “[...] estão ligados diretamente a agentes físicos e biológicos tais como radiação ultravioleta, temperatura, umidade, poluentes atmosféricos, microorganismos, insetos e roedores.” Dentre os fatores extrínsecos, destaca-se a ação do homem que, segundo as autoras acima citadas, danifica o papel manuseando-o incorretamente e acondicionando-o de forma inadequada.

Como já foi referido, em algumas obras, observa-se a ação de agentes físicos e biológicos.

Por agentes físicos, entendem-se todos os elementos que provém do meio ambiente onde se encontram as obras, entre os quais destacam-se a iluminação, a temperatura, a umidade, etc. Esses fatores produzem diversos danos ao papel, entre os quais, o aumento de sua acidez.

Os agentes biológicos são, principalmente, os microorganismos, os insetos e os roedores. Os agentes biológicos, normalmente alojam-se no papel quando as condições do ambiente propiciam esse processo. Umidade em excesso e falta de controle da temperatura são fatores ligados à proliferação de fungos, por exemplo.

É possível perceber a presença dos agentes biológicos através da existência de diversos sinais, entre os quais se destacam superfícies do papel roídas, manchas de diversas cores e formatos, pequenos orifícios que podem passar por várias páginas de uma obra.

O papel contaminado por agentes biológicos é considerado extremamente prejudicial para a saúde humana, pois certos agentes causam problemas

respiratórios e dermatites em pessoas que permanecem em contato com material atingido por esse organismo. Além disto, esses agentes podem se multiplicar e atacar outras obras que estiverem no mesmo recinto em que se encontram as contaminadas.

5.5.2 Restauração

A restauração faz parte do processo de conservação e preservação de materiais. Por restauração entende-se a recuperação física de um material. Conforme The British Library (2000, p. 9): “A restauração compreende as medidas aplicadas para reparar os documentos já deteriorados ou danificados.”

Os problemas encontrados nas obras irão determinar o tipo de restauração que deverá ser realizada. O processo de restauração pode ir desde uma simples limpeza nas obras até o mais elaborado serviço de encadernação.

É importante avaliar quais os agentes que danificaram cada obra para então decidir o tipo de restauração que deverá ser aplicada. É fundamental, também, escolher um bom serviço de restauração para garantir a eficiência e zelo quanto ao serviço prestado, evitando, assim, maiores danificações às obras. Quanto a esse ponto, The British Library (2000, p. 18) declara:

A conservação e a restauração modernas desenvolveram uma ética baseada nos princípios da intervenção mínima no documento a ser restaurado, deixando evidente a natureza da restauração e evitando qualquer processo capaz de danificar ou enfraquecer ainda mais o documento.

Para ser restaurado, o material precisa ser retirado, temporariamente, da coleção. Após, retornará para a estante, ou então, para sua melhor conservação,

será remanejado para outro local. Isto ocorre, principalmente, quando se trata de documentos muito antigos ou raros, que podem, facilmente, ser deteriorados com o manuseio freqüente.

4 CAMINHO INVESTIGATIVO

Para a realização deste trabalho, tornou-se necessário definir o tipo de pesquisa que seria desenvolvida e a delimitação dos sujeitos que a integrariam. Após, definiu-se o instrumento de coleta de dados que seria utilizado e o modo como o resultado da pesquisa seria apresentado.

Para testar a adequação do instrumento definido para coletar os dados da pesquisa, realizou-se um estudo piloto.

Por último, foram definidas as delimitações que a pesquisa poderia vir a apresentar.

4.1 Modelo de Pesquisa

Este trabalho foi um estudo avaliativo, com caráter qualitativo.

4.2 Sujeitos

Os sujeitos deste estudo totalizaram 399 livros de doutrina da área de Direito de Família brasileiro, anteriores ao Código Civil de 2002. Não foram considerados os livros desaparecidos ou que se encontravam em processo de restauração durante o período de coleta de dados. Os livros que estavam emprestados foram analisados após a sua devolução.

4.3 Instrumento de Coleta de Dados

Foi elaborado um formulário para o registro dos dados observados (APÊNDICE A), no qual constavam todos os critérios a serem considerados durante a avaliação, e que foi preenchido a partir da observação direta de cada obra.

Os critérios determinados para a avaliação da coleção estão discriminados a seguir.

4.3.1 *Uso*

Por uso entende-se a consulta à determinada obra, seja na Biblioteca ou fora dela.

Como não existe um controle individual das obras consultadas na Biblioteca (consulta local), para esse critério foram considerados apenas os empréstimos domiciliares. Esse critério permitiu avaliar o quanto um livro foi consultado nos últimos anos. Apesar dessa não ser uma forma de análise completa, pois somente os empréstimos foram considerados, esses dados permitiram obter uma razoável noção do quanto um livro é requisitado.

A forma utilizada para esta análise foi a observação das fichas de empréstimo dos livros, que se encontram no bolso anexado na contra-capa de cada obra. Foram considerados os seguintes aspectos:

- a) livros com último empréstimo realizado em 2000 ou anos posteriores serão considerados de muito uso (**M**);
- b) livros com último empréstimo realizado em 1999 ou anos anteriores serão considerados de pouco uso (**P**).

A definição dos aspectos acima citados justificou-se devido ao grande número de consultas locais que não puderam ser consideradas nessa pesquisa, devido à falta de um controle estatístico para esse tipo de atividade. Por esse motivo, entendeu-se que seria de pouca confiabilidade considerar apenas os empréstimos no último ano como delimitador de livros com muito uso. O aumento do período analisado, propiciou que o resultado fosse mais fiel à realidade.

4.3.2 Condições Físicas

Nesse critério analisou-se o estado físico de cada livro. Os livros que estavam comprometidos por algum dos aspectos listados a seguir, foram encaminhados para restauração ou desfazimento, dependendo da comparação com os demais critérios. Já as obras em bom estado físico, na maioria das vezes, permaneceram no acervo. Os aspectos considerados foram:

- a) livros danificados por agentes biológicos (fungos, traças, etc) (**F**);
- b) livros com encadernação (capas, lombadas, orelhas) deteriorada (**E**);
- c) livros com folhas rasgadas (**R**);
- d) livros com folhas soltas ou com falta de páginas (**S**);

e) livros em bom estado físico (**B**).

Em alguns casos, foi observada a existência de vários desses aspectos em uma mesma obra. Nesses casos, todos foram considerados, por exemplo, se um livro estava deteriorado por fungos e com as folhas rasgadas, os dois problemas foram registrados no formulário.

4.3.3 Obras Clássicas

Conforme dito anteriormente, clássico é uma obra consagrada, de grande valor para uma biblioteca e seus usuários. Sendo assim, um livro clássico no Direito é aquele que é muito utilizado, quer por ser de um autor muito importante na área, quer por ser sobre um assunto específico, o que o torna diferenciado.

Para fins desta pesquisa, foram considerados clássicos em Direito de Família os livros dos autores Clóvis Bevilacqua, Pontes de Miranda, Caio Mário da Silva Pereira, pelo fato de ser de domínio público essa condição.

Para esse critério foram considerados os seguintes aspectos:

- a) livros clássicos no Direito (**C**);
- b) livros não clássicos no Direito (**NC**).

4.3.4 Número de Exemplares por Obra

Com relação a esse critério, foram analisados os seguintes aspectos:

- a) duplicatas (**D**);
- b) exemplar com duplicata (**ED**);

- c) reimpressões (**R**);
- d) edições com alterações (**E**);
- e) obras reeditadas (**OR**);
- f) exemplar único (**U**).

Por duplicatas foram considerados todos os livros exatamente iguais a outro, sendo identificados na biblioteca como exemplar dois, três, etc. Os exemplares “um” dessas duplicatas foram considerados exemplar com duplicata. Essa diferenciação fez-se necessária para identificar que uma obra D é duplicata de outra ED. Isso porque, no formulário, com essa diferenciação, em caso de desfazimento, uma das obras permanece no acervo. Já se duas obras fossem identificadas por D, ambas poderiam passar para o desfazimento, erroneamente.

Por reimpressões, foram considerados os livros que, apesar de serem de datas e edições diversas, não possuíam alteração em seu conteúdo.

Por edições com alterações em seu conteúdo foram considerados os livros que atualizam edições anteriores. Nestes casos, foram analisados os sumários e as informações presentes em cada livro, que pudessem justificar sua reedição. As edições originais desses livros foram consideradas como obras reeditadas.

Por exemplar único, foram considerados todos o livros que não apresentaram os aspectos citados acima.

Para as obras que apresentaram mais de um aspecto, todos foram transcritos.

4.3.5 Autoria

Para esse critério, os aspectos foram os seguintes:

- a) autor é magistrado do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul (**S**);
- b) autor não é magistrado do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul (**N**).

Para analisar esse critério foram observadas as informações constantes no próprio livro ou pelas listas editadas pelo Conselho da Magistratura, nas quais constam, de forma cumulativa, os nomes de todos os magistrados do Estado, e que são atualizadas periodicamente.

4.3.6 Resultado da Avaliação

Nesse campo do formulário foi registrado o resultado da avaliação de cada obra. Os resultados obtidos para cada uma das avaliações foram:

- a) desfazimento (**D**);
- b) remanejamento (**R**);
- c) restauração e, após, permanência no acervo (**RE**);
- d) restauração e, após, remanejamento (**RER**);
- e) permanência no acervo (**P**).

4.4 Plano de Análise e Apresentação dos Dados

Os dados foram coletados nos próprios livros, diretamente nas estantes, e transferidos imediatamente para o formulário de avaliação. Após a análise dos dados coletados, foi preenchido o campo de Resultado da Avaliação.

Para identificação de cada livro, foram utilizados os números de registro de cada um, pois se constatou ser uma forma simples e eficiente de individualizar cada obra no momento da coleta de dados.

Para garantir que todos os livros fossem analisados e para identificar possíveis faltas no acervo, utilizou-se o catálogo topográfico como parâmetro.

No final, foram elaboradas as Listas dos Resultados da Avaliação (APÊNDICE B) nas quais constam os livros, identificados pelos seus números de registro, e a indicação correspondente: permanência na estante, restauração, remanejamento, restauração e posterior remanejamento ou descarte.

4.5 Estudo Piloto

Como já foi dito no início deste capítulo, para testar o instrumento de coleta de dados, foi realizado um estudo-piloto, com vinte e dois livros, escolhidos pela ordem crescente no catálogo topográfico, relativos ao assunto “Direito das Coisas”. Esse assunto foi escolhido por fazer parte do Direito Civil, e, por isso, também apresentar mudanças em seu conteúdo com a alteração do Código Civil. Além disso, a coleção de Direitos das Coisas assemelha-se à de Direito de Família em tamanho e tipo de material.

O estudo piloto foi realizado exatamente da mesma forma como foi realizada a avaliação das obras de Direito de Família.

Após a conclusão do estudo piloto, foi constatado que o formulário atende aos objetivos da pesquisa, não havendo necessidade de alterações em sua estrutura.

4.6 Limitações da Pesquisa

Este estudo teve por finalidade avaliar parte do acervo da Biblioteca e indicar atitudes a serem tomadas em relação ao mesmo. É, portanto, de responsabilidade

da equipe de bibliotecários e da Comissão de Biblioteca (representada por desembargadores selecionados para este fim, e que auxilia no desenvolvimento de coleção da Biblioteca), colocar tais indicações em prática.

5 ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo norteador deste estudo foi avaliar as obras de Direito de Família da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, visando responder ao questionamento se os livros de doutrina, referentes a essa área, estão qualitativamente adequados para suprirem as necessidades de informação dos usuários dessa biblioteca.

Cabe aqui salientar a importância deste estudo, uma vez que a qualidade de um acervo é fundamental para medir a importância de uma biblioteca. Essa tarefa de avaliação deveria ser uma rotina nas bibliotecas para que essas possam sempre estar qualificadas para atenderem seus usuários.

Realizou-se um estudo de caráter avaliativo, que se desenvolveu em três principais etapas: coleta de dados, análise dos dados coletados e definição do destino das obras. Para proceder à coleta de dados, utilizou-se um formulário que foi estruturado a partir de critérios avaliativos pré-estabelecidos. Durante esse

processo, todas as obras foram avaliadas realizando-se a comparação dessas com os critérios avaliativos e todos os dados obtidos foram registrados no formulário. Após, foi realizada a análise dos dados, e o cruzamento desses, sendo que os resultados foram registrados no campo de Resultado da Avaliação. Esse campo compreende a destinação que cada obra avaliada deverá ter.

As possibilidades de destinação para as obras avaliadas, e que se confirmaram após a realização da análise dos dados, foram a permanência no acervo, o desfazimento, a restauração, o remanejamento e a restauração e posterior remanejamento. Para um melhor entendimento, estabeleceram-se as seguintes definições:

- a) permanência no acervo é a continuidade de uma obra nas estantes da biblioteca, com livre acesso aos usuários;
- b) desfazimento* é a retirada definitiva de uma obra do acervo;
- c) restauração é o encaminhamento de uma obra danificada para um serviço de recuperação;
- d) remanejamento é a retirada de uma obra do acervo aberto aos usuários para uma sala, dentro da própria biblioteca, com acesso restrito, com a finalidade de preservar essas obras. Com isso, abrem-se, também, espaços nas estantes do acervo aberto da biblioteca, melhorando, conseqüentemente a organização da coleção.
- e) restauração e posterior remanejamento é o encaminhamento de uma obra para um serviço de recuperação e, após o seu retorno, a sua retirada do acervo aberto para uma sala de acesso restrito.

* O desfazimento deve ser realizado de acordo com o decreto nº 99.658 de 30/10/90.

Como foi referido anteriormente, a avaliação das obras ocorreu de acordo com critérios pré-estabelecidos, que foram comparados com os dados obtidos de cada obra. Os critérios definidos para a análise foram uso, condições físicas, obras clássicas, número de exemplares por obra e autoria. Todos esses critérios estão detalhados no capítulo Caminho Investigativo.

A princípio, os dois critérios considerados mais relevantes durante a análise foram os de uso e condições físicas. Isso porque estes dois critérios foram fundamentais para avaliar a importância de uma obra no acervo.

A análise do uso, permitiu observar o grau de utilização de uma obra (muito ou pouco usada), o que indicou a necessidade, ou não, de permanência de vários exemplares da mesma. Ainda referente a esse critério, a partir de sua análise, foi possível definir, com certeza, atitudes que não poderiam ser tomadas em relação a determinadas obras, ou seja, se uma obra fosse muito usada, não passaria pelo processo de desfazimento, mesmo que todos os demais critérios levassem a essa destinação. Porém, como o objetivo deste trabalho foi avaliar as obras de acordo com todos os critérios anteriormente citados, mesmo que uma obra fosse muito usada, ainda assim, seria necessário avaliar a sua condição física para então optar pela sua permanência no acervo ou seu encaminhamento para a restauração.

Já o critério condições físicas, permitiu se ter uma idéia bastante clara da destinação de determinada obra, mesmo que não fosse feito o cruzamento dos demais critérios. Por exemplo, se uma obra estivesse danificada, obrigatoriamente não permaneceria no acervo sem passar por um processo de restauração.

No entanto, conforme já mencionado, este trabalho teve como objetivo avaliar as obras de acordo com todos os critérios estabelecidos, sendo que, por esse

motivo, todos os dados foram cruzados entre si e nenhum critério foi analisado isoladamente.

Durante o processo de análise dos dados, fez-se necessária a escolha de um critério para servir de parâmetro à avaliação. Visando uma melhor organização dos resultados, e, levando-se em consideração o que foi exposto em relação aos dois critérios mais relevantes para a análise, escolheu-se o critério condições físicas como parâmetro.

Sendo assim, as obras avaliadas, foram organizadas em duas grandes categorias: as obras em bom estado físico e as obras danificadas.

As obras danificadas foram ainda agrupadas conforme o tipo de problema que apresentavam, sendo que, assim, formaram-se outros três grupos: obras danificadas por agentes físicos, obras danificadas por agentes biológicos e obras danificadas por agentes físicos e biológicos ao mesmo tempo.

5.1 Pontos Fundamentais para a Avaliação das Obras

Estabeleceram-se alguns pontos a serem observados durante a análise dos dados, que foram determinantes no momento de ser definida a destinação de cada obra.

Não foi indicado o desfazimento para as obras que corresponderam aos critérios de serem clássicas, de autoria de magistrados do poder judiciário do Rio Grande do Sul, exemplar único ou com muito uso. Todos esses critérios foram considerados básicos para a permanência de uma obra no acervo.

Quando uma obra estava em boas condições físicas, era relacionada para permanecer no acervo, ser remanejada ou passar pelo processo de desfazimento.

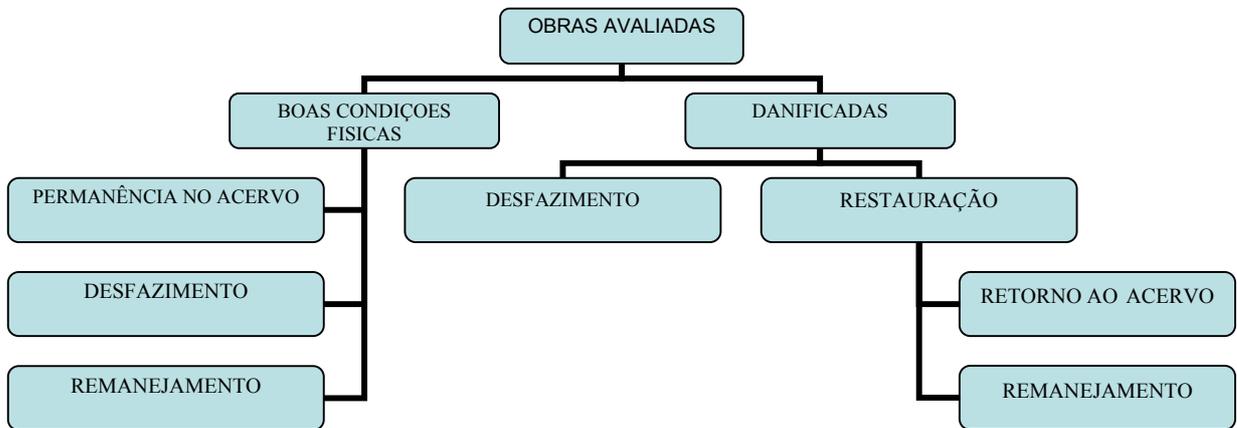
As obras foram indicadas para permanecerem no acervo quando apresentaram os critérios básicos que justificassem sua permanência e que foram acima citados. A indicação de remanejamento ocorreu quando as obras eram pouco usadas, possuíam duplicatas ou outras edições mais atualizadas, mas tinham grande importância para o acervo da biblioteca. Ao mesmo tempo, nestes casos, não se fazia necessária a sua presença no acervo aberto da biblioteca, sendo por isso, indicado o seu encaminhamento para uma sala de acesso restrito, com a finalidade de preservá-la. O desfazimento foi indicado quando a obra não atendia aos critérios básicos de permanência.

Nos casos em que a obra apresentava-se danificada por agentes físicos, foi indicado o seu encaminhamento para um serviço de restauração ou para o desfazimento, o que ocorreu quando a obra não possuía os critérios mínimos de permanência, conforme exposto anteriormente. Nos casos em que a obra foi encaminhada para restauração, após o seu retorno, essa poderá retornar ao acervo ou ser remanejada, caso apresente os critérios já mencionados no parágrafo anterior.

Em relação às obras que estavam deterioradas por agentes biológicos, foi recomendado o seu desfazimento ou encaminhamento para restauração.

É importante salientar aqui, que as obras danificadas por agentes biológicos não devem permanecer junto às demais obras do acervo, pois podem contaminá-las. Além disso, existe a possibilidade dessas obras serem nocivas à saúde das pessoas que entram em contato com as mesmas. O procedimento a ser adotado, imediatamente, nesse caso, é que essas obras sejam armazenadas em um local isolado, até o momento de serem encaminhadas para restauração.

A partir dos pontos descritos acima, podem-se ilustrar as destinações das obras avaliadas:



Neste trabalho, foram avaliadas 399 obras, sendo que dessas 279 obras se encontram em boas condições físicas e 120 apresentam-se danificadas.

5.2 Obras com Boas Condições Físicas

Como já foi dito anteriormente, a partir da análise dos dados, constatou-se que 279 obras estão em boas condições físicas.

Constado o total de obras em boas condições físicas, cada obra foi analisada de acordo com os demais critérios estabelecidos resultando que 236 obras encontraram-se em condições de permanecer no acervo, 9 obras foram relacionadas para o processo de desfazimento e 34 obras indicadas para serem remanejadas.

As 9 obras indicadas para o desfazimento não atendem aos critérios básicos de permanência, que já foram citados anteriormente.

Em relação as 34 obras que foram indicadas para o remanejamento, constatou-se serem essas importantes para o acervo da Biblioteca, mas não haver necessidade de sua permanência no acervo aberto. Essas obras estão de acordo com os critérios que impossibilitam o seu desfazimento, que já foram anteriormente mencionados, e, para que sejam melhores preservadas, essa destinação torna-se a mais adequada.

5.3 Obras Danificadas

Com os resultados da avaliação, verificou-se que 120 obras apresentavam algum tipo de problema que comprometia seu estado físico. Foram observados problemas causados por agentes físicos e biológicos.

Conforme já referido no capítulo intitulado Restauração e Conservação, os principais agentes físicos que degradam o papel são a iluminação, a temperatura, a umidade, a poluição e a ação do homem, quando este manuseia ou acondiciona de forma incorreta qualquer tipo de documento.

Observou-se que os agentes biológicos que deterioraram algumas obras, e que também já foram mencionados no capítulo acima indicado, foram principalmente insetos, bactérias e fungos. Para identificar especificamente quais agentes atacaram

as obras referidas, seria necessário um estudo mais aprofundado, o que não é objetivo do presente trabalho.

Foram encontradas, ainda, obras que apresentavam problemas físicos e biológicos ao mesmo tempo.

Uma sugestão apresentada, para a questão das obras danificadas, foi de que fosse realizada uma pesquisa no mercado para avaliar a possibilidade de substituição dessas obras por outras idênticas. Para isso, seria necessária a realização de uma avaliação do custo-benefício desse procedimento em relação à restauração, uma vez que esses serviços, geralmente, são caros e morosos, principalmente em se tratando de deteriorações provocadas por agentes biológicos.

Conforme já exposto, para todas as obras que apresentaram esse tipo de deterioração, como medida de segurança a saúde das pessoas que entram em contato com o acervo, e também para preservar as demais obras da biblioteca, foi sugerido o seu isolamento enquanto não se dá o encaminhamento dessas para um serviço de restauração. O local indicado para esse isolamento é uma sala destinada unicamente para esse fim, com controle permanente de luz, umidade e temperatura, a fim de evitar que os danos observados nas obras sejam aumentados.

5.3.1 Obras Danificadas por Agentes Físicos

Durante a análise dos dados, foi constatada a presença de 93 obras no acervo que apresentavam somente problemas físicos.

Para 88 dessas obras foi indicado o encaminhamento para restauração, por serem importantes para o acervo.

Após o retorno do serviço de restauração, 18 dessas obras devem ser remanejadas, uma vez que estão em conformidade com os critérios que justificam sua permanência na biblioteca, mas não necessariamente no acervo aberto.

Já o restante de 70 obras deve voltar ao acervo aberto da biblioteca.

Entre as 93 obras encontradas danificadas por agentes físicos, apenas 5 foram indicadas para desfazimento por não atenderem aos critérios que possam justificar a sua permanência no acervo.

5.3.2 Obras Danificadas por Agentes Biológicos

Durante a avaliação, verificou-se que 15 obras apresentavam problemas causados por algum agente biológico. Estas obras são consideradas em estado de danificação mais grave do que as com problemas causados por agentes físicos. Isso porque as obras atingidas por algum agente biológico, conforme já exposto, tornam-se altamente prejudiciais à saúde humana e também às demais obras do acervo. Por esses motivos, é fundamental que essas obras passem por um tratamento rigoroso a fim de remover qualquer vestígio de contaminação.

A indicação para essas obras é a restauração, pois se observou que para nenhuma obra seria possível indicar o desfazimento. Todas as obras atingidas por agentes biológicos são importantes para o acervo da biblioteca, e, por isso, a restauração deve ser realizada no menor tempo possível, a fim de evitar danos maiores a essas obras.

Após o retorno do serviço de restauração, 3 obras têm indicação de serem remanejadas, por não serem necessárias as suas presenças no acervo aberto da biblioteca e 12 foram relacionadas para retornar ao acervo.

5.3.3 Obras Danificadas por Agentes Físicos e Biológicos

Foram encontradas 12 obras que apresentavam problemas causados por agentes físicos e biológicos ao mesmo tempo. Em se tratando de obras danificadas por agentes biológicos, de acordo com o que foi exposto acima, essas devem ser retiradas do acervo imediatamente e encaminhadas para um local isolado, pois são altamente prejudiciais à saúde e às demais obras

Dessas 12 obras, 3 foram recomendadas para o processo de desfazimento por não estarem de acordo com os critérios, já mencionados anteriormente, que justificassem a sua permanência no acervo.

As demais obras devem ser encaminhadas para um serviço de restauração, a fim de remover ou diminuir os danos causados pelos agentes biológicos, e, até esse momento, devem ficar em um local isolado, conforme já referido.

5.4 Recomendações para as Obras que Retornarem da Restauração

Como já foi mencionado anteriormente, as obras que foram encaminhadas para restauração por apresentarem problemas causados por agentes físicos, podem retornar ao acervo ou serem remanejadas conforme o resultado da avaliação já realizada no decorrer deste estudo.

No entanto, as obras que apresentaram problemas causados por agentes biológicos, devem ser novamente avaliadas após o seu retorno do serviço de restauração. Isso porque, faz-se necessário uma análise do grau de descontaminação que cada obra sofreu.

As obras somente deverão retornar ao acervo quando estiverem totalmente livres de qualquer tipo de contaminação. Quando for necessário um certo período de tempo para avaliar o grau de descontaminação de uma obra, essa deverá ser remanejada para um local isolado. Já quando for comprovado que uma obra não ficou inteiramente livre de contaminação, essa deverá ser novamente encaminhada para restauração.

Para uma melhor avaliação, seria conveniente solicitar à empresa responsável pela recuperação da obra, um laudo sobre o resultado da descontaminação realizada. Neste laudo, deverá estar especificada a possibilidade das obras retornarem, ou não, para a restauração, com a finalidade de tornar mais eficiente o serviço realizado. Isso porque, dependendo do tipo de agente biológico que atacou determinada obra, será necessário repetir os procedimentos de descontaminação para que essa apresente resultados satisfatórios.

Esse procedimento é fundamental para manter a boa conservação do acervo, pois se uma obra, mesmo após a restauração, estiver ainda com vestígios de contaminação de determinados agentes biológicos, poderá transmitir esse problema para as demais obras.

6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A partir da realização deste estudo, foi possível perceber que, cada vez mais, a realização de avaliações nos acervos das bibliotecas torna-se imprescindível. Com o constante aumento do volume de informações, as bibliotecas precisam acompanhar esse crescimento, transformando-se em importantes veículos formadores do conhecimento. Portanto, precisam estar sempre qualificadas para atenderem as necessidades e expectativas de seu público. Ao mesmo tempo, o usuário que procura o serviço de uma biblioteca, está em busca de informações pertinentes e que essas sejam a ele prestadas de forma eficiente e eficaz.

Essa realidade é ainda mais marcante em bibliotecas especializadas, as quais, por suas características, devem sempre estar em condições de informar as últimas novidades de sua área aos seus usuários.

A realização de uma avaliação de coleção mostra os aspectos positivos e negativos de um acervo. É através dela que é possível verificar se a política de desenvolvimento de coleções está adequada à biblioteca ou se é necessário revê-la.

Este trabalho teve como objeto de estudo a avaliação das obras de Direito de Família da Biblioteca do TJRS. Por ser uma biblioteca especializada na área jurídica e, por isso, apresentar características próprias, torna-se fundamental a avaliação de sua coleção constantemente, a fim de manter a qualidade de seus serviços.

O presente estudo alcançou plenamente o seu objetivo. A partir de sua realização foi possível obter uma resposta para o questionamento relativo à qualidade das obras de Direito de Família, que foi o objeto de estudo deste trabalho. Constatou-se que o acervo da Biblioteca do TJRS está qualitativamente adequado aos seus usuários. Apesar de ter sido observada a presença de obras danificadas, com pouco uso e mesmo duplicatas, algumas vezes desnecessárias, o total de 279

obras indicadas para permanecerem no acervo (dentre as 399 obras avaliadas) mostra que essa parte da coleção está adequada aos seus propósitos.

A partir das indicações de remanejamento e desfazimento para algumas obras, torna-se possível uma melhor organização do acervo, em razão do aumento de espaço nas estantes, para receberem obras que venham a serem adquiridas. Foi possível, também identificar obras que devem ser restauradas, sendo que algumas se encontram danificadas por agentes biológicos, o que, conforme já abordado neste trabalho, é um tipo de deterioração muito grave. A identificação desse problema foi importante pois essas obras não devem permanecer junto às demais do acervo e mesmo em contato com as pessoas. A indicação de um isolamento imediato, até sua restauração, foi de grande importância para manter a qualidade física do acervo e das próprias pessoas que trabalham ou consultam a Biblioteca.

A metodologia utilizada para a realização deste estudo avaliativo mostrou-se eficiente, não sendo necessária nenhuma modificação em sua estrutura.

Cabe aqui apresentar como sugestão à Biblioteca do Tribunal de Justiça, que seja realizada uma avaliação do acervo em relação ao uso de cada obra, mais detalhadamente. No presente estudo, a análise do critério uso proporcionou apenas identificar as obras que são ou não utilizadas na biblioteca, sem um aprofundamento maior quanto a esse grau de utilização. Seria importante, para complementar este estudo, uma análise mais detalhada sob o aspecto da demanda de cada item.

Outra sugestão que pode ser feita é de que sejam realizadas avaliações no restante do acervo, pois, como já relatamos, uma biblioteca jurídica apresenta características específicas, as quais propiciam a aparente desatualização do acervo e, ao mesmo tempo, o seu crescimento constante. Com isso, torna-se necessário um acompanhamento em relação à qualidade desse acervo, com a finalidade de

identificar obras que devem ser restauradas, remanejadas ou descartadas. Para que esses processos avaliativos sejam eficientes, sugere-se que seja elaborada uma política de avaliação de coleções, e que nela seja definida uma periodicidade para essas avaliações.

Conforme foi referido, a metodologia utilizada neste estudo mostrou-se adequada a seus propósitos, sendo, por isso, indicada para servir de modelo para as avaliações que venham a serem realizadas.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. **Manual de Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

BRASIL. Poder Judiciário. Superior Tribunal de Justiça. **Noções sobre conservação de livros e documentos**. Brasília: STJ, 1997.

THE BRITISH LIBRARY. NATIONAL PRESERVATION OFFICE. **Preservação de documentos** : métodos e práticas de salvaguarda. Salvador: Edufba, 2000.

DIMOULIS, Dimitri. **Manual de introdução ao estudo do Direito**: definição e conceitos básicos; norma jurídica; fontes, interpretação e ramos do Direito; sujeito de Direito e fatos jurídicos; relações entre Direito, justiça, moral e política; Direito e linguagem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 1998.

FRANÇA, R. Limongi (coord.). **Enciclopédia Saraiva do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1980. v. 48.

FÜHRER, Maximilianus C. A.; MILARÉ, Edis. **Manual de Direito Público e Privado**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

LUCCAS, Lucy; SERIPIERRI, Dione. **Conservar para não restaurar**: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas. Brasília: Thesaurus, 1995.

REIS, Clayton. **Inovações ao novo Código Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Entendendo a linguagem jurídica**. Porto Alegre: Departamento de Artes Gráficas, 1999.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1996. v. 2.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1996. v. 3.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1997.

TELLES JÚNIOR, Goffredo. **Iniciação na ciência do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2001.

WALD, Arnoldo. **Curso de Direito Civil brasileiro: introdução e parte geral**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 1.

APÊNDICE A - Formulário de avaliação

Obras indicadas para permanência no acervo:

00238	28333	34079	06825	31234	30880	21897	08720
06827	10481	17042	28695	29785	30999	24149	08721
29753	29396	17043	31176	31537	32700	16976	11228
11978	25932	17044	24929	32032	29750	26959	25153
29840	33477	19885	18891	31414	23864	32814	25821
07068	09068	33876	08980	30154	04114	16188	33410
07069	32943	32410	30403	30433	16602	22698	27934
33367	32945	32411	23687	23328	33411	23345	31047
33368	30081	32643	30783	26275	21269	09993	29047
33369	24695	28241	31649	31236	21597	18193	32450
34271	31072	28242	32282	22957	14414	18513	33127
25761	28114	26301	13689	23578	22933	02979	25360
32428	30594	19913	09308	18767	21137	10000	32186
31158	34661	30446	08795	13862	24484	16454	32969
31044	18953	28092	26427	25991	20913	09966	33772
31222	34207	09346	17058	30377	10005	15576	33789
23567	27000	27335	18284	30863	21079	09137	34605
30811	32439	30355	10235	22942	20987	19873	32756
32278	32334	22711	07293	22534	22507	16455	34017
33148	32812	19302	15252	25848	21259	28348	33790
20019	33110	20873	29484	13705	22916	09302	28362
13603	30671	30266	19096	17354	29458	32378	32300
19044	33462	03584	21816	32968	07677	24644	33799
24012	27366	33181	32337	34544	07678	27932	22357
24315	28930	34517	32591	03987	29693	28322	24966
24148	00229	33179	33263	33909	29022	31548	24967
26997	07680	31567	27603	32374	34485	30967	24968
30036	21892	33748	23295	33473	26299	09619	27664
28809	28970	32746	33459	32317	33481	31703	29812
20412	29884	33450	33152				

Obras indicadas para desfazimento:

15437	00236	06595	15442	11618	29852	27781	20914
26901	22886	25348	26950	18730	29853	27816	09186
09636							

Obras indicadas para remanejamento:

05611	10568	34272	34273	00239	29107	27782	06690
16471	24942	25806	31647	25807	20218	16837	25796
30596	23417	29492	29995	29996	25347	21654	06831
16182	13088	12109	08825	26465	22828	08554	29818
33837	22348						

Obras indicadas para restauração:

22746	00396	32933	30183	01005	30855	32944	29661
01354	30323	28466	29112	01006	30856	22169	26626
31024	09982	24502	22401	01007	30857	10983	28091
25989	29559	21333	21012	07067	29885	30879	30998
29682	21607	20298	21751	21016	09156	24638	21930
21712	16738	02978	20891	14324	24615	26678	11229
25931	24517	31032	30136	31193	26255	24316	11230
27140	29025	31180	27744	17400	30972	27322	11231
00232	27380	26423	09620	09758	00412	17069	18637
07266	00326	00372	09180	09578	00255	01473	05231
11886	07183	10519	00441	32033			

Obras indicadas para restauração e posterior remanejamento:

00237	17313	18865	10827	21449	30518	00449	01331
03046	23154	21507	24625	00275	03105	29085	28122
21985	07258	18938	25349	21914	03388	00345	05277
09617	22855	26267					